

**HUMBERTO THEODORO JÚNIOR**

CURSO *de* **DIREITO**  
**PROCESSUAL**  
**CIVIL** *Volume II*

**53<sup>a</sup>** Revista,  
atualizada  
edição e ampliada

**Procedimentos Especiais**

Codificados (de Jurisdição  
Contenciosa e de Jurisdição Voluntária)  
e de Legislação Extravagante



# Índice da Matéria

## PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

### Parte I – Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa

#### CAPÍTULO I – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

§ 1º	<b>Generalidades</b> .....	3
1.	Introdução .....	3
2.	Razão de ser dos procedimentos especiais .....	4
3.	Casuísmo do Código .....	6
4.	Técnicas de especialização procedimental .....	7
5.	Complementação das regras procedimentais .....	8
6.	Pressupostos dos procedimentos especiais .....	9
7.	Erro na adoção do procedimento .....	10
8.	Ações especiais suprimidas pelo CPC/2015 .....	12
8.1.	A instituição do reconhecimento de usucapião pela via administrativa...	16
8.2.	Requerimento e documentação .....	17
8.3.	Notificações .....	18
8.4.	Notificação por meio eletrônico .....	18
8.5.	Notificação por edital .....	18
8.6.	Conclusão do procedimento .....	19

#### CAPÍTULO II – AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

§ 2º	<b>Os fundamentos do depósito em consignação</b> .....	21
9.	O direito de pagar .....	21
10.	A liberação natural e a liberação forçada do devedor .....	22
11.	A ação de consignação em pagamento .....	23
12.	Histórico da consignação em pagamento .....	23
§ 3º	<b>O procedimento da consignação em pagamento</b> .....	25
13.	Natureza do instituto da consignação .....	25
14.	Natureza processual da ação de consignação .....	26

15.	Prestações passíveis de consignação .....	26
16.	Cabimento da consignação .....	27
17.	Liquidez da prestação devida.....	28
18.	Consignação principal e incidental.....	32
19.	Legitimação <i>ad causam</i> .....	34
20.	Competência .....	36
21.	Consignação no local em que se acha a coisa devida .....	37
22.	Oportunidade da consignatória .....	38
23.	Objeto da consignação.....	41
24.	Obrigações de prestações periódicas.....	42
25.	Limite temporal da admissibilidade do depósito das prestações periódicas.....	43
26.	Quebra da sequência de depósitos periódicos.....	44
27.	O procedimento especial da consignatória .....	45
28.	Obrigações alternativas e obrigações genéricas.....	47
29.	Valor da causa .....	48
30.	Resposta do demandado.....	48
31.	Comparecimento do credor para receber .....	48
32.	Não comparecimento e revelia do demandado .....	50
33.	Levantamento do depósito pelo devedor .....	51
34.	Contestação .....	52
35.	Matéria de defesa.....	53
36.	Complementação do depósito insuficiente.....	54
37.	Sentença .....	57
38.	Consignação em caso de dúvida quanto à titularidade do crédito .....	58
39.	Particularidades da consignação por dúvida .....	59
40.	A posição dos possíveis credores.....	60
41.	Resgate da enfiteuse .....	62
42.	A consignação de aluguéis e outros encargos locatícios .....	63
43.	A consignação de obrigação em dinheiro .....	66
44.	Conflito entre consignação em pagamento e execução forçada.....	67

### CAPÍTULO III – AÇÃO DE EXIGIR CONTAS

§ 4º	<b>Generalidades</b> .....	71
45.	Introito .....	71
46.	Objetivo da ação de exigir contas.....	71
47.	Ação de dar e ação de exigir contas .....	72
48.	A natureza da ação de exigir contas.....	74
49.	Cabimento .....	74
50.	Prestação de contas e prescrição.....	78

51.	Legitimação e interesse .....	79
52.	Prestação de contas dos administradores judiciais .....	81
53.	Sociedade e prestação de contas .....	82
54.	Ações matrimoniais e prestação de contas .....	83
54-A.	Prestação de contas entre filho e genitor, em caso de usufruto legal .....	84
55.	Prestação de contas entre condôminos .....	85
55-A.	Prestação de contas do banco ao correntista .....	86
56.	Organização das contas .....	88
57.	Prova das contas .....	88
§ 5º	<b>Procedimento da ação de exigir contas</b> .....	90
58.	Ação de exigir contas .....	90
59.	Procedimento da primeira fase .....	90
60.	Reconvenção .....	92
61.	Decisão da primeira fase .....	92
62.	Procedimento da segunda fase .....	94
63.	Contas elaboradas pelo autor .....	95
64.	Sucumbência .....	97
§ 6º	<b>Execução no procedimento de exigir contas</b> .....	99
65.	Sentença e execução .....	99

#### CAPÍTULO IV – AÇÕES POSSESSÓRIAS

§ 7º	<b>Generalidades</b> .....	103
66.	A posse e seus efeitos .....	103
67.	A razão da tutela possessória .....	104
68.	O instituto da posse e a paz social .....	106
69.	O aspecto temporal da posse (fato duradouro e não transitório) .....	108
70.	Natureza jurídica da posse .....	109
71.	Requisitos da tutela possessória .....	113
	71.1. Posse de particular sobre bem público .....	116
	71.2. Posse e detenção. Direito de retenção .....	117
§ 8º	<b>Os interditos possessórios de manutenção, reintegração e proibição</b> .....	119
72.	Origem dos interditos possessórios .....	119
73.	As ações possessórias .....	120
74.	Competência .....	121
75.	Legitimação ativa .....	122
76.	Legitimação passiva .....	123
77.	Petição inicial .....	124

78.	Procedimento: as ações de força nova e força velha .....	125
79.	Invasões coletivas de imóvel .....	126
80.	Medida liminar possessória .....	128
81.	A decisão sobre a liminar .....	130
82.	A sentença possessória.....	131
83.	Posse de coisas e posse de direitos.....	133
83-A.	Posse de bens públicos.....	135
84.	O petitório e o possessório.....	136
85.	A exceção de propriedade no juízo possessório .....	140
86.	Esclarecimento de um equívoco histórico a propósito da <i>exceptio proprietatis</i> no direito luso-brasileiro.....	142
87.	Natureza dúplice das ações possessórias .....	144
88.	Liminar em favor do réu.....	145
89.	Natureza real das ações possessórias .....	147
90.	Natureza executiva do procedimento interdital .....	149
	90.1. Reintegração inviabilizada. Conversão em perdas e danos .....	152
91.	Cumulação de pedidos .....	153
92.	Interdito proibitório .....	154
§ 9º	<b>Alguns incidentes registráveis nos interditos</b> .....	156
93.	Embargos de terceiro .....	156
94.	Medida liminar e mandado de segurança.....	158
95.	Embargos de retenção.....	158
96.	Nomeação à autoria e denúncia da lide.....	159

## CAPÍTULO V – AÇÃO DE DIVISÃO E DA DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES

§ 10.	<b>Generalidades</b> .....	165
97.	Introdução .....	165
98.	Conceito das ações especiais em análise .....	166
99.	Cumulação de ação divisória com ação demarcatória .....	166
100.	Temas novos.....	167
101.	Divisão e demarcação consensuais.....	167
102.	O georreferenciamento e a prova pericial.....	169
103.	Sucumbência e honorários advocatícios .....	170
§ 11.	<b>Ação de demarcação</b> .....	172
104.	A ação de demarcação e seu procedimento. Petição inicial.....	172
105.	Objeto da ação .....	173
106.	Competência para as ações do juízo divisório.....	180
107.	Legitimação ativa para o procedimento demarcatório.....	181

108.	Legitimação ativa de condômino .....	183
109.	Legitimação passiva.....	184
110.	Citação do confinante demandado .....	185
111.	Contestação .....	186
112.	Prazo de contestação.....	188
113.	Prova pericial .....	189
114.	A primeira sentença da ação demarcatória (encerramento da fase de acerto ou cognição).....	190
115.	Procedimento executivo (segunda fase da ação).....	192
116.	A conclusão do procedimento demarcatório.....	193
117.	Natureza e força das duas sentenças da ação demarcatória .....	194
118.	Cumprimento da sentença em face dos confinantes .....	195
<b>§ 12.</b>	<b>Ação de divisão</b> .....	197
119.	Ação de divisão. Petição inicial.....	197
120.	Objeto da ação .....	197
121.	Objetivo da ação de divisão regulada pelo CPC.....	198
122.	Competência .....	199
123.	Legitimação ativa.....	200
124.	Legitimação passiva.....	202
125.	Procedimento. Citação.....	204
126.	Contestação .....	204
127.	Revelia.....	206
128.	Prova pericial .....	207
129.	Auto de divisão e sentença homologatória .....	211
130.	Aplicação de regras da demarcatória à ação de divisão.....	212
131.	A coisa julgada na ação de divisão .....	213
132.	Cumprimento da sentença de divisão (execução forçada) .....	215
133.	Terceiro prejudicado pela ação de divisão. Benfeitorias dentro da área dividenda ...	215
134.	Usurpação de terrenos de vizinhos da área dividenda .....	217

## CAPÍTULO VI – DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE

<b>§ 13.</b>	<b>Da ação</b> .....	223
135.	Introito .....	223
	135.1. Sociedades simples .....	224
136.	Normas processuais atinentes à dissolução da sociedade .....	225
137.	Objetivo .....	227
138.	Legitimidade .....	228
139.	Cabimento .....	231
140.	Exclusão de sócio por quebra da <i>affectio societatis</i> .....	233

141.	Competência .....	235
142.	Procedimento.....	235
143.	A resolução da sociedade .....	241
144.	Apuração dos haveres .....	241
145.	Crítérios para apuração dos haveres .....	242
146.	Execução da sentença.....	246
147.	A dissolução parcial de sociedade anônima .....	247
147-A.	Dissolução parcial de sociedade e cláusula compromissória (juízo arbitral) .....	249

CAPÍTULO VII – INVENTÁRIO E PARTILHA

<b>§ 14. Disposições gerais</b> .....	253
148. Introito .....	253
149. Caráter contencioso do inventário .....	254
150. Inventário e partilha por via administrativa.....	255
151. Regulamentação baixada pelo Conselho Nacional de Justiça sobre o inventário extrajudicial.....	258
152. Execução da partilha por via administrativa .....	260
153. Inventário negativo.....	261
154. Competência .....	262
154.1. Prevenção de competência, no caso de ajuizamento de mais de um inventário sobre a mesma herança .....	263
155. Universalidade do foro sucessório .....	264
156. Questões solucionáveis no juízo sucessório.....	265
157. Administração da herança .....	266
158. O inventariante .....	267
159. Encargos do inventariante.....	269
160. Remoção do inventariante .....	271
161. Legitimação para promover o inventário .....	273
<b>§ 15. Inventário judicial</b> .....	275
162. Procedimento.....	275
163. Petição inicial.....	275
164. Primeiras declarações .....	276
165. Citações e interveniências .....	277
166. Impugnação dos citados .....	279
167. Herdeiro omitido nas declarações do inventariante.....	280
168. Avaliação.....	282
169. Últimas declarações.....	283
170. Cálculo do imposto <i>causa mortis</i> .....	284
171. Colações.....	285
172. Sonegados.....	286
173. Pagamento de dívidas do morto.....	287

<b>§ 16. Partilha</b> .....	290
174. Espécies de partilha.....	290
175. Partilha judicial. Deliberação.....	290
176. Esboço e lançamento da partilha.....	293
177. A sentença da partilha .....	294
178. O formal de partilha.....	295
179. Emenda ou retificação da partilha .....	296
180. Pacto de não partilhar.....	297
<b>§ 17. Invalidação da partilha</b> .....	300
181. Ação de anulação e ação rescisória de partilha .....	300
182. Conceituação de partilha judicial.....	300
183. Conceituação de partilha amigável.....	303
184. Casuísmo da rescisória de partilha .....	304
185. Ação de nulidade de partilha .....	305
186. Ação de petição de herança.....	307
<b>§ 18. Arrolamento</b> .....	309
187. Simplificação do inventário .....	309
188. Arrolamento sumário do art. 659 (por deliberação voluntária dos interessados) ...	309
189. Arrolamento comum do art. 664 (por imposição da lei).....	312
190. Lei nº 6.858, de 24.11.1980.....	313
190.1. Benefícios previdenciários.....	314
191. Inventário administrativo.....	315
<b>§ 19. Disposições comuns</b> .....	316
192. Medidas cautelares .....	316
193. Sobrepartilha.....	317
194. Curatela especial ao herdeiro.....	318
195. Inventários cumulados.....	318
196. Honorários de advogado .....	319
197. Extinção do processo por paralisação da causa.....	320
198. Assistência judiciária.....	320
199. Terceiros prejudicados .....	321
<b>CAPÍTULO VIII – EMBARGOS DE TERCEIRO</b>	
<b>§ 20. Generalidades</b> .....	329
200. Conceito.....	329
201. Natureza jurídica .....	330
202. Requisitos .....	331



203.	Ato judicial atacável .....	333
203-A.	Posse direta e posse indireta, em embargos de terceiro .....	335
204.	Penhora de bem alienado em fraude contra credores .....	336
205.	Embargos a atos do juízo divisório .....	337
205-A.	Embargos de terceiro e desconsideração da personalidade jurídica .....	338
206.	Embargos do credor com garantia real.....	339
206-A.	Embargos do credor com garantia de alienação fiduciária.....	341
207.	Embargos e mandado de segurança.....	342
<b>§ 21.</b>	<b>Procedimento.....</b>	<b>345</b>
208.	Legitimação ativa.....	345
209.	Legitimação ativa do prestador de garantia real a dívida de terceiro .....	348
210.	Legitimação ativa de quem participou do processo primitivo .....	349
211.	Legitimação passiva.....	352
212.	Oportunidade .....	353
213.	Competência .....	355
214.	Procedimento.....	356
215.	Sentença .....	359
215-A.	Verbas sucumbenciais. Princípio da causalidade.....	361

## CAPÍTULO IX – OPOSIÇÃO

<b>§ 22.</b>	<b>A ação especial de oposição .....</b>	<b>365</b>
216.	Introdução.....	365
217.	Conceito.....	366
218.	Cabimento e extensão.....	367
219.	Oportunidade da oposição.....	368
220.	Conexão das causas.....	369
221.	Competência .....	370
222.	Procedimento.....	370
223.	Julgamento da oposição.....	371

## CAPÍTULO X – HABILITAÇÃO

<b>§ 23.</b>	<b>Procedimento da substituição da parte falecida.....</b>	<b>373</b>
224.	Conceito.....	373
225.	Legitimidade para requerer a habilitação.....	374
226.	Competência .....	374
227.	Procedimento.....	375
228.	Habilitação do adquirente e do cessionário .....	377
229.	Efeito do deferimento da habilitação.....	377

CAPÍTULO XI – TIPIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO DAS AÇÕES PERTINENTES  
AO DIREITO DE FAMÍLIA

<b>§ 24. Ações de família</b> .....	379
230. Introito .....	379
231. A entidade familiar .....	379
232. Tipificação .....	380
233. A mediação e a conciliação .....	381
234. A Resolução nº 125 do CNJ .....	382
235. Legitimação .....	383
236. Procedimento .....	383
237. Efeitos do termo final da mediação e conciliação .....	387
237-A. Ação de alimentos .....	388
237-B. Ação de alimentos gravídicos .....	395
237-C. A coisa julgada nas ações de paternidade .....	395
237-D. Ações de paternidade <i>post mortem</i> .....	396
237-E. Ação para exigir contas no âmbito do direito de família .....	397

CAPÍTULO XII – AÇÃO MONITÓRIA

<b>§ 25. Noção geral do procedimento monitorio</b> .....	401
238. Introito .....	401
239. Necessidade de facilitar o acesso do credor ao título executivo .....	401
240. Em que consiste o procedimento monitorio .....	403
241. O procedimento monitorio brasileiro .....	405
242. A ação monitoria no Código de Processo Civil .....	407
<b>§ 26. A ação monitoria no Código de Processo Civil Brasileiro</b> .....	409
243. Condições de admissibilidade da ação monitoria .....	409
244. Objeto .....	410
244.1. Dívida de jogo contraída no exterior .....	411
245. Competência .....	412
246. Legitimidade ativa .....	412
247. Legitimidade passiva .....	413
248. Prova .....	415
249. Procedimento .....	421
250. Embargos à ação monitoria .....	425
251. Processamento dos embargos monitorios .....	426
252. Coisa julgada .....	428
253. Ação rescisória contra a decisão que defere o mandado de pagamento .....	428
254. Uso indevido da ação monitoria .....	429

## CAPÍTULO XIII – HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL

§ 27. <b>Da ação</b> .....	431
255. Introito .....	431
256. Penhor legal: efetivação e homologação .....	432
257. Natureza jurídica da medida processual .....	433
258. Procedimento .....	433
259. Sentença .....	435
260. Execução .....	436
261. Formalização extrajudicial da homologação do penhor legal .....	436

## CAPÍTULO XIV – DANOS OCORRIDOS DURANTE A NAVEGAÇÃO

§ 28. <b>Regulação da avaria grossa</b> .....	439
262. Introito .....	439
263. Conceito .....	440
264. A ação de regulação da avaria grossa no sistema brasileiro .....	442
265. Competência .....	443
266. Legitimidade .....	444
267. Procedimento .....	444
268. O Tribunal Marítimo .....	449

## CAPÍTULO XV – RESTAURAÇÃO DE AUTOS

§ 29. <b>Procedimento para recuperar autos desaparecidos</b> .....	453
269. Conceito .....	453
270. Objetivo do procedimento .....	454
271. Legitimidade .....	454
272. Competência .....	455
273. Procedimento .....	455
274. Julgamento da restauração .....	457
275. Autos extraviados no tribunal .....	457
276. Responsabilidade do causador do desaparecimento dos autos .....	457

**Parte II – Procedimentos de  
Jurisdição Voluntária**

## CAPÍTULO XVI – JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA

§ 30. <b>Generalidades</b> .....	459
277. Introito .....	459
278. Iniciativa do procedimento e participação dos interessados .....	461

279.	Litigiosidade incidental .....	463
280.	A função do juiz.....	463
281.	Verbas sucumbenciais.....	464
282.	Procedimentos .....	465

## CAPÍTULO XVII – NOTIFICAÇÃO E INTERPELAÇÃO

<b>§ 31.</b>	<b>Procedimento para notificar, interpellar .....</b>	<b>469</b>
283.	Conceito.....	469
284.	Protesto de títulos pela via notarial.....	470
	284.1. Cancelamento do protesto de títulos. ....	471
	284.2. A recuperação judicial e a suspensão dos protestos.....	472
	284.3. Central Nacional de Serviços Eletrônicos .....	473
285.	Protesto judicial .....	474
286.	Notificação .....	476
287.	Interpelação.....	477
288.	Procedimento.....	477
289.	Indeferimento do pedido.....	479
290.	Defesa e contraprotesto .....	480
291.	Encerramento do feito e destino dos autos .....	481

## CAPÍTULO XVIII – ALIENAÇÕES JUDICIAIS

<b>§ 32.</b>	<b>Procedimento das alienações judiciais .....</b>	<b>483</b>
292.	Alienações judiciais.....	483
293.	Alienações cautelares .....	483
294.	Iniciativa da medida.....	484
295.	Casos de alienação judicial expressos em lei .....	484
296.	Leilão .....	485
297.	Avaliação prévia.....	486
298.	Publicidade .....	486
299.	Arrematação.....	487
300.	Destino do produto da alienação .....	487
301.	Outros bens alienáveis judicialmente .....	488
302.	Bens indivisíveis em inventário e partilha .....	488
303.	Bens de crianças, adolescentes, órfãos e interditos .....	489
304.	Alienação forçada de bem indivisível como forma de extinção de condomínio ..	490
305.	Alienação de quinhão em coisa comum de forma irregular.....	491
306.	Alienação irregular do quinhão de bem comum indivisível em execução.....	492
307.	Alienação irregular de quinhão do bem comum indivisível em negociação par- ticular .....	493

CAPÍTULO XIX – DIVÓRCIO E SEPARAÇÃO CONSENSUAIS, EXTINÇÃO CONSENSUAL DE UNIÃO ESTÁVEL E ALTERAÇÃO DO REGIME DE BENS DO MATRIMÔNIO

<b>§ 33. Procedimento do divórcio, da separação e da homologação da extinção de união estável consensuais .....</b>	<b>495</b>
308. Noções introdutórias.....	495
309. A dissolução da sociedade conjugal após a EC nº 66/2010.....	496
310. Natureza jurídica .....	498
311. Requisitos .....	498
312. Legitimação .....	499
313. Competência .....	500
314. Petição inicial.....	500
315. Procedimento.....	504
316. Sentença de homologação .....	505
317. Reconciliação do casal .....	506
318. Revisão e rescisão do acordo de separação, divórcio ou extinção de união estável...	506
318.1. Alteração negocial de partilha homologada judicialmente .....	507
319. Separação, divórcio e extinção de união estável por via administrativa .....	508
320. Regulamentação baixada pelo Conselho Nacional de Justiça sobre separação e divórcio consensuais .....	511
321. Execução do acordo de separação, divórcio ou extinção de união estável ajustado por escritura pública.....	512
322. Alteração do regime de bens do casamento.....	513

CAPÍTULO XX – TESTAMENTOS E CODICILOS

<b>§ 34. Procedimento da apresentação dos testamentos em juízo .....</b>	<b>517</b>
323. Introito .....	517
324. Objetivo do procedimento .....	517
325. Competência .....	519
326. Procedimento.....	519
327. Sentença .....	520
328. Efeitos.....	520
329. Testamento cerrado.....	521
330. Testamento público .....	522
331. Testamento particular .....	522
332. Procedimento.....	523
333. Codicilos e testamentos marítimo, aeronáutico, militar e nuncupativo .....	525

CAPÍTULO XXI – HERANÇA JACENTE

<b>§ 35. Procedimento da arrecadação de herança jacente .....</b>	<b>529</b>
334. Conceito moderno de jacência da herança .....	529

335.	Competência .....	529
336.	Legitimação .....	530
337.	Procedimento .....	530
338.	A administração da herança jacente .....	531
339.	Habilitação.....	532
340.	Declaração de vacância.....	532

#### CAPÍTULO XXII – BENS DOS AUSENTES

<b>§ 36.</b>	<b>Procedimento da arrecadação de bens dos ausentes.....</b>	<b>535</b>
341.	Ausência.....	535
342.	Pressupostos .....	535
343.	Competência .....	535
344.	Fases do procedimento .....	536
345.	Procedimento da primeira fase.....	536
346.	Procedimento da sucessão provisória.....	536
347.	Conversão da sucessão provisória em definitiva.....	538

#### CAPÍTULO XXIII – COISAS VAGAS

<b>§ 37.</b>	<b>Procedimento da arrecadação das coisas vagas .....</b>	<b>541</b>
348.	Conceito.....	541
349.	Legitimação .....	541
350.	Competência .....	541
351.	Cabimento .....	542
352.	Procedimento.....	542

#### CAPÍTULO XXIV – INTERDIÇÃO

<b>§ 38.</b>	<b>O instituto da curatela .....</b>	<b>545</b>
353.	Introito .....	545
354.	Questões relevantes sobre a interdição.....	545
355.	Disposições da Lei nº 13.146/2015 que impactam no procedimento fixado nos arts. 747 e seguintes do CPC/2015 .....	547
<b>§ 39.</b>	<b>O procedimento da interdição .....</b>	<b>553</b>
356.	Natureza jurídica da interdição .....	553
357.	Competência .....	553
358.	Legitimidade .....	554
359.	Petição inicial.....	557
360.	Procedimento.....	558
361.	Sentença.....	561

362.	Eficácia da sentença sobre atos do interditando.....	563
363.	Rescisória.....	564
364.	Levantamento da interdição.....	564
365.	Investidura dos curadores .....	565
366.	Remoção de curador .....	565
<b>§ 40.</b>	<b>A Tomada de decisão apoiada .....</b>	<b>567</b>
367.	A nova medida protetiva de pessoas em situação de vulnerabilidade.....	567
368.	Procedimento.....	568

CAPÍTULO XXV – DISPOSIÇÕES COMUNS À TUTELA E À CURATELA

<b>§ 41.</b>	<b>Generalidades .....</b>	<b>571</b>
369.	Introito .....	571
370.	Disposições comuns à nomeação de tutor e curador .....	572

CAPÍTULO XXVI – ORGANIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DAS FUNDAÇÕES

<b>§ 42.</b>	<b>Procedimento da organização e fiscalização das fundações .....</b>	<b>577</b>
371.	Conceito de fundação .....	577
372.	Procedimento da instituição da fundação.....	577
373.	Estatutos confiados à elaboração de terceiro .....	578
374.	Alteração do estatuto .....	579
375.	Extinção da fundação.....	579

CAPÍTULO XXVII – RATIFICAÇÃO DOS PROTESTOS MARÍTIMOS  
E DOS PROCESSOS TESTEMUNHÁVEIS FORMADOS A BORDO

<b>§ 43.</b>	<b>Procedimento.....</b>	<b>583</b>
376.	Introito .....	583
377.	Conceito.....	583
378.	Objetivo .....	585
379.	Procedimento.....	585

CAPÍTULO XXVII-A – USUCAPIÃO

<b>§ 43-A.</b>	<b>Reconhecimento extrajudicial de usucapião sobre imóvel.....</b>	<b>591</b>
379-A.	Ação de usucapião e reconhecimento extrajudicial de aquisição da propriedade imobiliária por meio de usucapião.....	591
379-B.	Procedimento extrajudicial do reconhecimento de usucapião .....	592
379-C.	Julgamento do procedimento administrativo.....	593
379-D.	Cabimento do procedimento extrajudicial .....	594
379-E.	Competência .....	595

### Parte III – A Arbitragem no Direito Brasileiro

#### CAPÍTULO XXVIII – O JUÍZO ARBITRAL

§ 44. Procedimento da arbitragem.....	597
380. O juízo arbitral no direito brasileiro .....	597
381. Disposições gerais.....	599
382. Convenção de arbitragem.....	601
383. Cláusula compromissória.....	602
384. Requisitos da cláusula compromissória.....	603
384.1. Cláusula compromissória e contrato de consumo .....	603
384.2. Cláusula compromissória e contratos de franquia.....	604
385. Execução da cláusula compromissória .....	604
386. Cláusula “cheia” e cláusula “vazia”.....	606
387. Direito intertemporal.....	607
388. Autonomia da cláusula compromissória.....	609
389. Compromisso arbitral.....	610
390. Extinção do compromisso arbitral.....	611
391. Os árbitros.....	611
392. O procedimento.....	613
393. Tutelas cautelares e de urgência.....	616
394. Carta arbitral.....	618
395. Sentença arbitral .....	620
396. Requisitos da sentença arbitral .....	620
396-A. Execução da sentença arbitral e desconsideração da personalidade jurídica.....	621
397. Recursos.....	622
398. Nulidade da sentença arbitral .....	622
399. Reconhecimento e execução de sentenças arbitrais estrangeiras.....	624
399-A. Superação de alguns problemas enfrentados pela sentença estrangeira .....	626
400. Natureza jurídica do novo juízo arbitral brasileiro .....	628
401. Visão comparatística da evolução do papel da arbitragem na composição de conflitos .....	629
401.1. A arbitragem e a Administração Pública.....	631
401.2. Destaques do regime da Lei nº 13.129/2015 .....	632
402. Coexistência de arbitragem e execução judicial de título executivo negocial .....	635
402-A. Coexistência de cláusula compromissória, procedimento judicial e mediação ....	635
402-B. Conflito de competência entre juízo cível e juízo arbitral.....	636
403. Alegação em juízo de convenção de arbitragem .....	637
403-A. Possibilidade de invalidação da cláusula compromissória pelo Judiciário.....	637
403-B. Cláusula compromissória e contratos coligados .....	640



## Parte IV – Juizado Especial Civil

### CAPÍTULO XXIX – AS PEQUENAS CAUSAS E O ACESSO À JUSTIÇA

<b>§ 45. Juizado Especial Civil ou Juizado de Pequenas Causas</b> .....	643
404. Introito .....	643
405. Juizado Especial ou Juizado de Pequenas Causas?.....	644
406. Criação do Juizado Especial .....	645
407. Princípios informativos .....	645
408. Princípio da oralidade.....	646
409. Outros critérios informativos do procedimento do Juizado Especial .....	647
410. Conciliação .....	648
411. A facultatividade do Juizado Especial.....	649
412. O Juizado Especial Civil .....	650
413. Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil.....	651
414. O Juizado Especial Civil e o Código de Processo Civil .....	651
415. O Juizado Especial e o incidente de resolução de demandas repetitivas .....	653
<b>§ 46. O órgão judicante: competência e composição</b> .....	655
416. Competência .....	655
417. Foro competente.....	657
418. Conflito de competência .....	657
419. Competência para execução forçada .....	658
420. Limitações à competência .....	658
421. O órgão judicante .....	659
422. Distribuição de funções: tarefa do juiz .....	659
423. Tarefa do juiz leigo e dos conciliadores .....	660
424. O juízo arbitral.....	661
<b>§ 47. Partes</b> .....	663
425. Legitimação <i>ad causam</i> .....	663
426. Legitimação <i>ad processum</i> .....	664
427. Litisconsórcio e intervenção de terceiros .....	665
428. Intervenção do Ministério Público .....	665
<b>§ 48. Os atos processuais e o procedimento</b> .....	666
429. Os atos processuais e sua forma .....	666
430. O procedimento.....	666
431. A propositura da ação.....	667
432. Citações e intimações.....	668
433. Requisitos da citação.....	668

434.	Intimações .....	668
435.	A audiência de conciliação, instrução e julgamento.....	669
436.	A resposta do réu.....	670
437.	As provas.....	670
<b>§ 49.</b>	<b>A sentença e os recursos .....</b>	<b>672</b>
438.	A sentença .....	672
439.	Recursos.....	672
440.	Mandado de segurança .....	676
441.	Uniformização de jurisprudência.....	677
	441.1. Competência para a reclamação.....	678
442.	Extinção do processo .....	679
<b>§ 50.</b>	<b>Execução e disposições especiais.....</b>	<b>680</b>
443.	Execução forçada.....	680
444.	As despesas processuais no Juizado Especial Civil .....	681
445.	Curadorias e assistência judiciária .....	682
446.	Acordos extrajudiciais.....	682
447.	Ação rescisória .....	683
448.	Disposições finais sobre a organização dos Juizados Especiais.....	683

### CAPÍTULO XXX – O JUIZADO ESPECIAL FEDERAL

<b>§ 51.</b>	<b>As pequenas causas na Justiça Federal.....</b>	<b>685</b>
449.	A instituição do Juizado Especial Federal .....	685
450.	Disciplina legal.....	685
451.	Princípios informativos .....	685
452.	Competência absoluta.....	686
453.	Conflito de competência .....	686
<b>§ 52.</b>	<b>Órgão julgante.....</b>	<b>687</b>
454.	Composição do órgão julgante.....	687
455.	Sessão de conciliação .....	687
456.	Competência .....	687
457.	Conflito de competência .....	688
458.	Causas de competência dos Juizados Especiais Federais .....	688
<b>§ 53.</b>	<b>Partes .....</b>	<b>690</b>
459.	Legitimação .....	690
460.	Intervenção de terceiros e litisconsórcio .....	690
461.	Ministério Público.....	690
462.	<i>Jus postulandi</i> e representação das partes.....	691

<b>§ 54. Atos processuais e procedimento</b> .....	692
463. Princípios.....	692
464. Atos de comunicação processual.....	692
465. Uso de meios eletrônicos.....	692
466. Prazos.....	693
467. Petição inicial.....	693
468. Resposta.....	693
469. Exceções.....	693
470. Sessão de conciliação.....	694
471. Instrução probatória.....	694
472. A sentença e as máximas de experiência.....	694
473. Reexame necessário.....	695
<b>§ 55. Sistema recursal</b> .....	696
474. Recursos no Juizado Especial.....	696
475. Recurso especial e recurso extraordinário.....	696
476. Incidente de uniformização de jurisprudência.....	697
<b>§ 56. Execução e medidas preventivas</b> .....	699
477. Execução.....	699
478. Medidas cautelares.....	699
479. Antecipação de tutela.....	700
<b>CAPÍTULO XXXI – OS JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA</b>	
<b>§ 57. As pequenas causas da Fazenda Pública no âmbito dos estados, Distrito Federal, territórios e municípios</b> .....	703
480. A instituição dos Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	703
481. Disciplina legal.....	703
482. Competência absoluta.....	704
<b>§ 58. Órgão judicante</b> .....	705
483. Composição do órgão judicante.....	705
484. Competência.....	705
<b>§ 59. Partes</b> .....	707
485. Legitimação.....	707
486. Ministério Público.....	707
487. Representação das partes.....	707
<b>§ 60. Atos processuais e procedimento</b> .....	708
488. Atos de comunicação processual e prazos.....	708
489. Petição inicial, citação e resposta.....	708

490.	Audiência de conciliação.....	708
491.	Instrução probatória.....	708
492.	Sentença e recurso de ofício.....	709
493.	Tutela de urgência (medidas cautelares e antecipatórias).....	709
<b>§ 61.</b>	<b>Sistema recursal.....</b>	<b>710</b>
494.	Recursos nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	710
495.	Uniformização de jurisprudência.....	710
496.	Causas repetitivas.....	711
497.	Medidas de urgência.....	711
<b>§ 62.</b>	<b>Sistema de execução de sentença nos Juizados Especiais da Fazenda Pública...</b>	<b>713</b>
498.	Cumprimento da sentença.....	713
499.	Obrigações de fazer, não fazer ou de entrega de coisa.....	713
500.	Obrigações de quantia certa.....	713

**Parte V – Alguns Procedimentos Especiais  
Disciplinados Fora do Código  
de Processo Civil**

**CAPÍTULO XXXII – AÇÕES CONSTITUCIONAIS**

<b>§ 63.</b>	<b>A Constituição e o processo.....</b>	<b>717</b>
501.	O direito processual constitucional.....	717
502.	Os fundamentos do direito processual constitucional.....	717
<b>§ 64.</b>	<b>Mandado de segurança.....</b>	<b>719</b>
503.	Conceito.....	719
504.	Natureza da ação.....	720
505.	Legitimação ativa.....	720
506.	Legitimação passiva.....	721
507.	Pessoas equiparadas às autoridades, para fins de mandado de segurança.....	724
508.	Ato de autoridade judicial.....	725
509.	Ato sujeito a recurso administrativo.....	726
510.	Litisconsórcio.....	726
511.	Assistência.....	727
512.	Pressuposto especial do mandado de segurança: direito líquido e certo.....	728
513.	Procedimento.....	729
514.	Instrução por meio de documentos ainda não obtidos pelo impetrante.....	730
515.	Liminar.....	731
516.	Suspensão da segurança.....	733
517.	Prazo decadencial para impetrar o mandado de segurança.....	734
518.	Competência.....	735

519.	Desistência do mandado de segurança.....	736
520.	Sentença e coisa julgada.....	737
521.	Inovações processuais da Lei nº 12.016, de 07.08.2009.....	738
<b>§ 65.</b>	<b>Mandado de segurança coletivo.....</b>	<b>743</b>
522.	Conceito.....	743
523.	Direitos coletivos e direitos difusos.....	743
524.	Legitimação ativa.....	744
525.	Legitimação passiva.....	746
526.	Procedimento e competência.....	746
527.	Liminar.....	747
527-A.	Execução.....	747
<b>§ 66.</b>	<b>Mandado de injunção.....</b>	<b>749</b>
528.	Conceito.....	749
529.	Objeto.....	751
530.	Pressupostos.....	753
531.	Legitimação.....	756
532.	Competência.....	759
533.	Procedimento.....	760
533.1.	Visão esquemática do procedimento do mandado de injunção.....	765
533-A.	Desistência da ação de mandado de injunção.....	766
533-B.	Intervenção do Ministério Público.....	766
533-C.	Medida liminar.....	766
533-D.	Limites subjetivos da eficácia do deferimento da injunção.....	768
533-E.	Ampliação dos limites subjetivos da injunção.....	768
533-F.	Condições para obter a extensão <i>erga omnes</i> da decisão.....	769
533-G.	“Provisoriedade” do provimento editado no julgamento do mandado de injunção... ..	770
533-H.	Recursos.....	771
533-I.	Mandado de injunção coletivo.....	772
533-J.	Limites subjetivos da coisa julgada formada no mandado de injunção coletivo.....	772
533-K.	Litispendência.....	773
<b>§ 67.</b>	<b><i>Habeas data</i>.....</b>	<b>777</b>
534.	Conceito.....	777
535.	Natureza jurídica.....	778
536.	Legitimidade e interesse.....	778
537.	Objeto do <i>habeas data</i> .....	779
538.	Competência.....	780
539.	Procedimento.....	781
540.	Cumprimento da sentença.....	782
541.	Coisa julgada.....	782

<b>§ 68. Ação popular</b> .....	784
542. Conceito.....	784
543. Requisitos .....	784
544. Atos atacáveis pela ação popular .....	785
544-A. Ação popular e políticas públicas relacionadas com concessões de serviços públicos.....	786
545. Legitimação .....	786
546. Procedimento.....	787
547. Sentença.....	788
548. Coisa julgada.....	788
549. Execução.....	788
550. Prescrição .....	789

### CAPÍTULO XXXIII – AÇÕES COLETIVAS

<b>§ 69. Ação civil pública e outras ações coletivas</b> .....	793
551. Histórico .....	793
552. Direito material coletivo e direito processual coletivo .....	794
553. Configuração dos direitos materiais tuteláveis pela ação civil pública .....	795
554. Objeto da ação civil pública .....	796
555. Ações coletivas possíveis após o CDC .....	798
556. Legitimação .....	802
556-A. Legitimação de pessoa jurídica de direito público.....	805
557. Ação coletiva por meio de associação.....	806
558. Ações coletivas promovidas por sindicatos.....	808
559. O Ministério Público e a tutela coletiva dos direitos individuais homogêneos ....	810
559-A. Tutela pelo Ministério Público de direitos individuais indisponíveis .....	814
560. Inquérito civil.....	815
560-A. Ação civil pública e políticas públicas.....	817
560-B. Negócio jurídico processual em ação civil pública .....	819
561. Competência .....	819
562. Procedimento.....	820
562.1. Regime especial das despesas com as provas necessárias na ação civil pública.....	820
563. Liminar .....	821
563-A. Remessa necessária.....	821
563-B. Verba advocatícia sucumbencial .....	822
563-C. Cabimento da imposição de <i>astreinte</i> .....	823
564. Coisa julgada.....	823
564.1. Cientificação dos beneficiários individuais da sentença coletiva .....	826
565. Execução.....	827

565.1. Prescrição da execução individual da sentença coletiva .....	829
565.2. Alienação do imóvel objeto de tutela ao meio ambiente.....	829
566. Execução coletiva por meio de sindicato ou associação .....	830

CAPÍTULO XXXIV – AÇÕES LOCATÍCIAS

<b>§ 70. Generalidades .....</b>	<b>833</b>
567. Dos procedimentos e suas disposições gerais.....	833
568. Tramitação durante as férias forenses.....	834
569. Competência do <i>forum rei sitae</i> .....	834
570. Valor da causa .....	835
571. Atos de comunicação processual.....	835
572. Ausência de efeito suspensivo da apelação nas ações locatícias.....	836
572-A. Cobrança de aluguéis e encargos da locação .....	837
<b>§ 71. Ação de despejo .....</b>	<b>839</b>
573. Natureza.....	839
574. A força executiva do procedimento .....	840
575. A liminar na ação de despejo.....	841
576. Legitimação .....	843
577. Documentação da petição inicial.....	844
578. Concordância do locatário com a pretensão do locador.....	844
579. Denúncia vazia.....	845
580. Denúncia cheia .....	845
<b>§ 72. Ação de despejo por falta de pagamento .....</b>	<b>847</b>
581. Cabimento .....	847
582. Consequência da cumulação de pedidos .....	847
583. Purga da mora.....	848
584. Reiteração abusiva da purga da mora .....	850
585. Purga da mora e contestação .....	850
<b>§ 73. Execução da sentença de despejo .....</b>	<b>853</b>
586. Desocupação voluntária .....	853
587. Execução forçada.....	853
588. Execução em caso de despejo cumulado com cobrança de aluguel .....	854
589. Execução provisória e caução .....	854
590. Abandono do imóvel pelo locatário.....	855
<b>§ 74. Ação de consignação de aluguel e acessórios da locação .....</b>	<b>857</b>
591. Cabimento .....	857
592. Legitimação .....	857

593.	Pressupostos.....	858
594.	Procedimento.....	858
595.	Petição inicial.....	858
596.	Depósito judicial.....	859
597.	Prestações vincendas.....	859
598.	Revelia.....	859
599.	Contestação.....	859
600.	Reconvenção.....	860
601.	Complementação do depósito após a contestação.....	860
602.	Levantamento do depósito.....	860
<b>§ 75.</b>	<b>Ação revisional de aluguel.....</b>	<b>862</b>
603.	Cabimento.....	862
604.	Natureza.....	862
605.	Legitimação.....	862
606.	Procedimento.....	862
607.	Petição inicial.....	863
608.	Aluguel provisório.....	864
609.	Contestação.....	865
610.	Sentença.....	866
611.	Verbas de sucumbência.....	867
612.	Execução de sentença.....	867
613.	Acordo de desocupação.....	868
<b>§ 76.</b>	<b>Ação renovatória.....</b>	<b>870</b>
614.	Cabimento.....	870
615.	Natureza jurídica.....	870
616.	Legitimação.....	871
617.	Procedimento.....	873
618.	Petição inicial.....	873
619.	A defesa do locador.....	876
620.	Defesa baseada na ausência dos pressupostos legais.....	877
621.	Defesa baseada no valor real da locação.....	877
622.	Defesa baseada em melhor proposta de terceiro.....	877
623.	Retomada para construção ou reconstrução.....	878
624.	Retomada para uso próprio.....	878
625.	Aluguel provisório.....	879
626.	Sentença.....	880
627.	Sentença de retomada.....	881
628.	Execução de sentença.....	882
629.	Indenização de perdas e danos.....	883



CAPÍTULO XXXV – AÇÕES DECORRENTES DE *LEASING*  
E ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

§ 77. Alienação fiduciária em garantia.....	885
630. Introdução.....	885
630.1. A propriedade do devedor fiduciante como requisito da constituição da garantia real em favor do credor fiduciário .....	886
631. Remédios processuais utilizáveis pelo credor fiduciário (coisas móveis).....	888
632. Busca e apreensão.....	888
633. Legitimação ativa para a ação de busca e apreensão.....	893
634. Ação de depósito .....	894
635. Ação de execução .....	894
636. Execução da alienação fiduciária de bem imóvel.....	895
636.1. Purga da mora na execução de imóvel alienado fiduciariamente.....	896
636.2. Despesas condominiais incidentes sobre o imóvel alienado fiduciariamente.....	899
636-A. Taxa de ocupação.....	899
§ 78. Arrendamento mercantil ( <i>leasing</i> ) .....	904
637. Noção de arrendamento mercantil .....	904
637.1. Descaracterização do contrato de <i>leasing</i> .....	905
638. Ações decorrentes do <i>leasing</i> .....	905
639. Aspecto tributário .....	909
<b>Bibliografia</b> .....	911
<b>Índice Onomástico</b> .....	935
<b>Índice Alfabético de Assuntos</b> .....	941
<b>Índice dos Fluxogramas</b> .....	961